

FEDERAÇÃO ACADÉMICA PORTO

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2022

30 DE SETEMBRO DE 2023

(aprovadas AG 20 novembro 2023)

Índice

Balanço	3
Demonstração dos Resultados por Naturezas	3
Anexo	5
1. Identificação da Entidade	5
2. Referencial contabilístico de preparação das Demonstrações Financeiras	7
3. Principais políticas contabilísticas.....	7
4. Ativos fixos tangíveis.....	16
5. Ativos Intangíveis	17
6. Investimentos financeiros.....	17
7. Inventários e Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	18
8. Créditos a receber	18
9. Estado e outros Entes Públicos	18
10.Outros ativos correntes	19
11.Caixa e depósitos bancários.....	19
12.Ajustamentos/outras variações nos fundos patrimoniais	19
13.Fornecedores	19
14.Outros passivos correntes	20
15.Vendas e serviços prestados.....	20
16.Subsídios, doações e legados à exploração	20
17.Fornecimentos e serviços externos	20
18.Gastos com o pessoal.....	21
19.Outros rendimentos.....	21
20.Outros gastos	21
21.Divulgações exigidas por outros diplomas legais.....	22
Execução Orçamental a 30 setembro 2022	23
1. FAP Representação Estudantil e Institucional	24
2. FAP Academia Viva.....	24
3. FAP Somos Academia: Queima das Fitas do Porto	25
4. FAP Somos Academia.....	26
5. FAP Academia Sustentável e Inclusiva	26
6. FAP Decidir o Futuro, Hoje.....	27
7. FAP Academia para o Futuro	27
8. FAP Recursos Comuns.....	28

Balanço

FEDERAÇÃO ACADÉMICA DO PORTO FAP

BALANÇO

EM 30 DE SETEMBRO DE 2023

Unidade Monetária: Euros

RUBRICAS	Notas	Datas	
		30-09-2023	31-12-2022
Ativo			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	4	1 133 202,83	615 402,81
Ativos intangíveis	5	-	-
Investimentos financeiros	6	2 387,18	2 387,18
Subtotal		1 135 590,01	617 789,99
Ativo corrente			
Inventários	7	77 781,51	77 781,51
Créditos a receber	8	406 755,73	102 898,54
Estado e outros entes públicos	9	205 852,30	67 549,90
Fundadores/associados/membros		10 074,21	10 613,21
Diferimentos	10	-	-
Outros ativos correntes	11	12 594,39	7 631,65
Caixa e depósitos bancários	12	762 562,09	660 206,51
Subtotal		1 475 620,23	926 681,32
Total do Ativo		2 611 210,24	1 544 471,31
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Excedentes de revalorização	13	572 528,48	572 528,51
Resultados transitados		792 216,20	279 549,96
Ajustamentos/outras variações nos fundos patrimoniais	14	(10 714,30)	-
		1 354 030,38	852 078,47
Resultado líquido do período		989 500,22	512 666,24
Total dos fundos patrimoniais		2 343 530,60	1 364 744,71
Passivo			
Passivo não corrente			
Subtotal		-	-
Passivo corrente			
Fornecedores	15	147 640,26	77 795,89
Estado e outros entes públicos	9	4 799,38	5 620,44
Diferimentos	10	58 394,00	58 394,00
Outros passivos correntes	16	56 846,00	37 916,27
Subtotal		267 679,64	179 726,60
Total do passivo		267 679,64	179 726,60
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		2 611 210,24	1 544 471,31

Demonstração dos Resultados por Naturezas

FEDERAÇÃO ACADÉMICA DO PORTO FAP

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

PERÍODO FINDO EM 30 DE SETEMBRO DE 2023

Unidade Monetária: Euros

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	PERÍODOS	
		30-09-2023	31-12-2022
Vendas e serviços prestados	15	3 735 166,61	3 435 565,38
Subsídios, doações e legados à exploração	16	16 000,00	43 696,00
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consum	7	(528 735,69)	(517 948,80)
Fornecimentos e serviços externos	17	(177 461,06)	(210 253,39)
Gastos com o pessoal	18	(99 688,18)	(117 005,66)
Aumentos/reduções de justo valor	6	-	-
Outros rendimentos	19	326 777,56	233 265,63
Outros gastos	20	(2 282 559,02)	(2 299 995,78)
de depreciações, gastos de financiamento e impostos		989 500,22	567 323,38
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	4,5		(54 657,14)
acional (antes de gastos de financiamento e impostos)		989 500,22	512 666,24
Resultados antes de impostos		989 500,22	512 666,24
Imposto sobre o rendimento do período		-	-
Resultado líquido do período		989 500,22	512 666,24

Anexo

1. Identificação da Entidade

A “FEDERAÇÃO ACADÉMICA DO PORTO - FAP” é uma instituição sem fins lucrativos, constituída sob a forma de Federação com estatutos publicados no Diário da República n.º 39 de 23/02/2006, Série III, com sede na Rua do Campo Alegre, 627, 4150 - 179 Porto. Tem como atividade o desenvolvimento das atividades associativas e organização eventos culturais, desportivos, formativos e recreativos para que possa prosseguir, entre outros, os seguintes objetivos:

- Representar os membros federados e defender os interesses que estes definam como seus;
- Fomentar o espírito de união, solidariedade e convívio dos estudantes da academia, promovendo a realização de atividades culturais, desportivas e recreativas;
- Fomentar o desenvolvimento das associações federadas, nomeadamente de meios técnicos de que estas dispõem, proporcionando desta forma, um maior equilíbrio entre as várias associações e contribuindo, decisivamente, para o desenvolvimento do movimento associativo;
- Fomentar a adesão à Federação de outras associações da Área Metropolitana do Porto, na medida do possível e assegurando um crescimento sustentado da instituição;
- Pronunciar-se sobre a política educacional e de juventude em geral promover iniciativas que fomentem a discussão de temas de interesse estudantil, nomeadamente quanto a questões pedagógicas, apoio social escolar, saídas profissionais, entre outras;
- Pronunciar-se, coerentemente, sobre as questões que afetam os vários subsistemas de ensino universitário e politécnico, quer seja público, particular e cooperativo ou privado ou concordatário.

A FAP foi fundada em 1989, surgindo como interlocutor representativo da maior Academia do país. Com a criação da FAP assiste-se a uma nova fase na evolução do movimento associativo: a FAP assume-se como organismo coordenador do movimento estudantil, criando os meios para a união das diversas associações. O movimento associativo do Porto ampliou-se, gerou efeitos dinâmicos e conduziu a um contato associativo regular e definido de forma extremamente positiva para a melhoria qualitativa do ensino Superior e da Sociedade.

Esta instituição, com 34 anos de existência, é constituída pelas seguintes 27 Associações:

- AEFADUEP-Associação de Estudantes da Faculdade de Desporto da Universidade do Porto
- AEFAUP-Associação de Estudantes da Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto
- AEFBAUP-Associação de Estudantes da Faculdade de Belas Artes da Universidade do Porto

- AEFCNAUP-Associação de Estudantes da Faculdade de Ciências da Nutrição e Alimentação da Universidade do Porto
- AEFCUP-Associação de Estudantes da Faculdade de Ciências da Universidade do Porto
- AEFDUP-Associação de Estudantes da Faculdade de Direito da Universidade do Porto
- AEFEUP-Associação de Estudantes da Faculdade de Economia da Universidade do Porto
- AEFEUP-Associação de Estudantes da Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto
- AEFFUP-Associação de Estudantes da Faculdade de Farmácia da Universidade do Porto
- AEFLUP-Associação de Estudantes da Faculdade de Letras da Universidade do Porto
- AEFMDUP-Associação de Estudantes da Faculdade Medicina Dentária da Universidade do Porto
- AEFMUP-Associação de Estudantes da Faculdade Medicina da Universidade do Porto
- AEFPCEUP-Associação de Estudantes da Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto
- AEICBAS-Associação de Estudantes do Instituto de Ciências Biomédicas Abel Salazar
- aeESEP-Associação de Estudantes da Escola Superior de Educação do Porto
- aeESTSP-Associação de Estudantes da Escola Superior de Tecnologias da Saúde do Porto
- AEISCAP-Associação de Estudantes do Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto
- AEISEP-Associação de Estudantes do Instituto Superior Engenharia
- AEESBUCP-Associação de Estudantes da Escola Superior de Biotecnologia da Universidade Católica Portuguesa
- AEFDUCP-Associação de Estudantes da Faculdade de Direito da Universidade Católica Portuguesa
- AEFEUP UCP-Associação de Estudantes da Faculdade Economia e Gestão da Universidade Católica Portuguesa
- AEFTP-Associação de Estudantes da Faculdade de Teologia do Porto
- AAUL-Associação Académica da Universidade Lusíada do Porto
- AESEnFP-Associação de Estudantes da Escola Superior Enfermagem do Porto
- AEUPT-Associação de Estudantes da Universidade Portucalense
- AEISSSP-Associação de Estudantes do Instituto Superior de Serviço Social do Porto

2. Referencial contabilístico de preparação das Demonstrações Financeiras

2.1. Referencial contabilístico

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos documentos e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Setor Não Lucrativo (NCRF-ESNL) inicialmente publicada pelo Aviso n.º 6726-B/2011 de 14 de março, nos termos do Regime Contabilístico para as Entidades do Setor Não Lucrativo que foi aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de março. No Anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização Contabilística para Entidades do Setor Não Lucrativos é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Aviso n.º 220/2015, de 24 de julho;
- Código de Contas (CC) – Aviso n.º 218/2015, de 23 de julho;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 8259/2015, de 29 de julho; e
- Normas Interpretativas (NI).

2.1.1. Derrogação das disposições do SNC

Não existiram, no decorrer do período a que respeitam estas demonstrações financeiras, quaisquer casos excecionais que implicassem a derrogação de qualquer disposição prevista pelo SNC.

3. Principais políticas contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1. Bases de apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)

3.1.1. Continuidade:

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Setor Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.2. Regime de acréscimo (periodização económica)

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura concetual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas respetivas contas das rubricas “*Devedores e credores por acréscimos*” e “*Diferimentos*”.

3.1.3. Consistência de apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

3.1.4. Materialidade e agregação:

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexactidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras. Itens que não são materialmente relevantes para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevantes para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.5. Compensação

Devido à importância dos ativos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

3.1.6. Informação comparativa

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levadas a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- a) A natureza da reclassificação;
- b) A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- c) Razão para a reclassificação.

A Estrutura Concetual estabelece, no parágrafo 24, que as *“características qualitativas são os atributos que tornam a informação proporcionada nas demonstrações financeiras útil aos utentes.”* Sendo que as *“quatro principais características qualitativas são a compreensibilidade, a relevância, a fiabilidade e a comparabilidade.”*

A característica qualitativa da comparabilidade encontra-se descrita nos parágrafos 39 a 42 da Estrutura Concetual, nos quais alerta para o facto de os utentes têm de ser capazes de comparar as demonstrações financeiras de diferentes entidades a fim de avaliar de forma relativa a sua posição financeira, o seu desempenho e as alterações na posição financeira e que estes necessitam de ser capazes de identificar diferenças entre as políticas contabilísticas para transações e outros acontecimentos semelhantes usados pela mesma entidade de período para período e entre diferentes entidades.

O normativo refere que a informação tem de ser comparativa entre períodos nem que para tal tenha que ser reexpressa. Quando a reexpressão seja impraticável, a entidade deve divulgar esse facto e indicar até que ponto a informação foi reexpressa.

3.2. Políticas de reconhecimento e mensuração

3.2.1. Ativos fixos tangíveis

Os *“Ativos Fixos Tangíveis”* encontram-se reconhecidos ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. Existem bens livremente revalorizados, tendo resultado um excedente de revalorização o qual ainda se encontra a ser realizado. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de possibilitar atividades presentes e futuras adicionais

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Edifícios e outras construções	7 a 50
Equipamento básico	3 a 8
Equipamento de transporte	4
Equipamento administrativo	3 a 10
Outros ativos fixos tangíveis	4 a 14

A Entidade revê anualmente a vida útil de cada ativo, assim como o seu respetivo valor residual quando este exista.

As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, as sendo que se encontra espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas “*Outros rendimentos*” ou “*Outros gastos*”.

3.2.2. Ativos intangíveis

Os “*Ativos intangíveis*” encontram-se reconhecidos ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas. São reconhecidos apenas quando for provável que deles permitam atividades presentes e futuras para a Entidade e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

As amortizações são calculadas, assim que os ativos estejam em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada, habitualmente 3 anos.

O valor residual de um “*Ativo Intangível*” com vida útil finita deve ser assumido como sendo zero, exceto se:

- Houver um compromisso de um terceiro de comprar o ativo no final da sua vida útil, ou
- Houver um mercado ativo para este ativo, e
- Seja provável que tal mercado exista no final da sua vida útil.

3.2.3. Inventários

Os “*Inventários*” estão reconhecidos ao menor de entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O valor realizável líquido representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para a concluir os inventários e proceder à sua venda. Sempre que o valor de custo é superior ao valor realizável líquido, a diferença é registada como uma perda por imparidade. A Entidade adota como método de custeio dos inventários o custo médio ponderado. Os Inventários que não sejam geralmente intermutáveis deve ser atribuído custos individuais através do uso de identificação específica.

Os produtos e trabalhos em curso encontram-se valorizados ao custo de produção, que inclui o custo dos materiais incorporados, mão-de-obra direta e gastos gerais.

Os Inventários que a Entidade detém, mas que destinam-se a contribuir para o desenvolvimento das atividades presentes e futuras ou os serviços que lhes estão associados não estão diretamente relacionados com a capacidade de para ela gerar fluxos de caixa, estão mensurados pelo custo histórico ou custo corrente, o mais baixo dos dois. Pois estes s da Entidade ou os ser

3.2.4. Fundadores/associados/membros

As quotizações, donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores/associados/membros que se encontram com saldo no final do período sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade estão registados no ativo pela quantia realizável.

3.2.5. Clientes e outros ativos correntes

Os “*Clientes*” e as “*Outros ativos correntes*” encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

As “*Perdas por Imparidade*” são registadas na sequência de eventos ocorrido que apontem de forma objetiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efetiva inicial, que será nula quando se perspetiva um recebimento num prazo inferior a um ano.

Estas rubricas são apresentadas no Balanço como Ativo Corrente, no entanto nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, são exibidas como Ativos Não Correntes.

3.2.6. Outros ativos e passivos financeiros

Os instrumentos financeiros cuja negociação ocorra em mercado líquido e regulamentado, são mensurados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas deste por contrapartida de resultados do período.

Os custos de transação só podem ser incluídos na mensuração inicial do ativo ou passivo financeiro, quando mensurados ao custo menos perda por imparidade.

À data de relato a Entidade avalia todos os seus ativos financeiros que não estão mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados. Havendo evidência objetiva de que se encontra em imparidade, esta é reconhecida nos resultados. Cessando de estar em imparidade, é reconhecida a reversão.

3.2.7. Caixa e depósitos bancários

A rubrica “*Caixa e depósitos bancários*” inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

3.2.8. Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em “*Fornecedores*” e “*Outras contas a pagar*” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

3.2.9. Fundos patrimoniais

A rubrica “*Fundos*” constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os “*Fundos patrimoniais*” são compostos por:

- fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- fundos acumulados e outros excedentes;
- subsídios, doações e legados que o Estado ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

3.2.10. Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

Periodicamente, a Entidade analisa eventuais obrigações que advenham de pretéritos acontecimentos e dos quais devam ser objeto de reconhecimento ou de divulgação. Assim, a Entidade reconhece uma Provisão quando tem uma obrigação presente resultante de um evento passado e do qual seja provável que, para a liquidação dessa obrigação, ocorra um exfluxo que seja razoavelmente estimado.

O valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação é o montante que a Entidade reconhece como provisão, tendo em conta os riscos e incertezas intrínsecos à obrigação.

Na data de relato, as Provisões são revistas e ajustadas para que assim possam refletir melhor a estimativa a essa data.

Por sua vez, os Passivos Contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, no entanto são divulgados sempre que a possibilidade de existir exfluxo não seja remota. Tal como os Passivos Contingentes, os Ativos Contingentes também não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, ocorrendo a sua divulgação apenas quando for provável a existência de um influxo.

Os ativos contingentes são possíveis ativos que surgem de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob o controlo da Entidade. Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras mas unicamente objeto de divulgação quando é provável a existência de um benefício económico futuro.

3.2.11. Estado e Outros Entes Públicos

O imposto sobre o rendimento do período corresponde ao imposto a pagar. Este, inclui as tributações autónomas sempre que estas existam.

Nos termos do n.º 1 do art.º 11 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) “os rendimentos directamente derivados do exercício de actividades culturais, recreativas e desportivas”:

Porém, de acordo com o n.º 2 do referido artigo, “só pode beneficiar associações legalmente constituídas para o exercício dessas actividades e desde que se verifiquem cumulativamente as seguintes condições:

a) Em caso algum distribuam resultados e os membros dos seus órgãos sociais não tenham, por si ou interposta pessoa, algum interesse directo ou indirecto nos resultados de exploração das actividades prosseguidas;

b) Disponham de contabilidade ou escrituração que abranja todas as suas actividades e a ponham à disposição dos serviços fiscais, designadamente para comprovação do referido na alínea anterior.”

No entanto, os rendimentos “...provenientes de publicidade, direitos respeitantes a qualquer forma de transmissão, bens imóveis, aplicações financeiras e jogo do bingo” não estão isentos de IRC, devido a que, nos termos do n.º 3, não são considerados como rendimentos directamente derivados do exercício da atividade cultural, recreativa e desportiva, sem prejuízo de benefícios fiscais que possam ser aproveitados relativos a estes rendimentos.

Assim, os rendimentos previstos no n.º 3 do art.º 11 encontram-se sujeitos a IRC à taxa de 21,5% sobre a matéria coletável nos termos do n.º 5 do art.º 87. Acresce ao valor da coleta de IRC apurado, a tributação autónoma sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88º do CIRC.

As declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção, de acordo com a legislação em vigor, durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações. Nestes casos, e dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Ou seja, as declarações fiscais da Entidade dos anos de 2013 a 2017 ainda poderão estar sujeitas a revisão.

3.2.12. Rédito e regime do acréscimo

O rédito compreende o justo valor da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços decorrentes da atividade normal da Entidade. O rédito é reconhecido líquido do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), abatimentos e descontos.

A Entidade reconhece crédito quando este pode ser razoavelmente mensurável, seja provável que a Entidade obtenha benefícios económicos futuros, e os critérios específicos descritos a seguir se encontrem cumpridos. O montante do crédito não é considerado como razoavelmente mensurável até que todas as contingências relativas a uma venda estejam substancialmente resolvidas. A Entidade baseia as suas estimativas em resultados históricos, considerando o tipo de cliente, a natureza da transação e a especificidade de cada acordo.

Os rendimentos são reconhecidos na data da prestação dos serviços.

Os juros recebidos são reconhecidos atendendo ao regime do acréscimo, tendo em consideração o montante em dívida e a taxa efetiva durante o período até à maturidade.

3.2.13. Benefícios dos empregados

Os benefícios de curto prazo dos empregados incluem salários, retribuições eventuais por trabalho extraordinário, subsídio de alimentação, subsídio de férias e de Natal e quaisquer outras retribuições adicionais decididas pontualmente pela Direção. Para além disso, são ainda incluídas as contribuições para a Segurança Social de acordo com a incidência contributiva decorrente da legislação aplicável, as faltas autorizadas e remuneradas. As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos no período em que são prestados, numa base não descontada, por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o pagamento respetivo.

De acordo com a legislação laboral aplicável, o direito a férias e subsídio de férias relativo ao período, por este coincidir com o ano civil, vence-se em 31 de dezembro de cada ano, sendo somente pago durante o período seguinte, pelo que os gastos correspondentes encontram-se reconhecidos como benefícios de curto prazo e tratados de acordo com o anteriormente referido.

Os benefícios decorrentes da cessação de emprego, quer por decisão unilateral da Entidade, quer por mútuo acordo, são reconhecidos como gastos no período em que ocorreram.

3.2.14. Subsídios e outros apoios das entidades públicas

Os subsídios do governo são reconhecidos ao seu justo valor, quando existe uma garantia suficiente de que o subsídio venha a ser recebido e de que a Entidade cumpre com todas as condições para o receber.

Os subsídios atribuídos a fundo perdido para o financiamento de projetos de investigação e desenvolvimento estão registados em balanço na rubrica “Rendimentos a reconhecer” e são reconhecidos na demonstração dos resultados de cada período, proporcionalmente às depreciações dos ativos subsidiados.

Os subsídios à exploração destinam-se à cobertura de gastos, incorridos e registados, com o desenvolvimento de ações de formação profissional, sendo os mesmos reconhecidos em resultados à medida que os gastos são incorridos, independentemente do momento de recebimento do subsídio.

3.2.15. Julgamentos e estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras, a entidade adotou certos pressupostos e estimativas que afetam os ativos e passivos, rendimentos e gastos apresentados. Todas as estimativas e assunções efetuadas pela Direção foram efetuadas com base no seu melhor conhecimento existente, à data de aprovação das demonstrações financeiras, dos eventos e transações em curso.

As estimativas contabilísticas mais significativas refletidas nas demonstrações financeiras incluem, nomeadamente, análises de imparidade nas contas a receber.

As estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras e com base no melhor conhecimento e na experiência de eventos passados e/ou correntes. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações a essas estimativas, que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras, serão corrigidas na demonstração de resultados de forma prospetiva.

3.2.16. Eventos Subsequentes

Os eventos ocorridos após a data de Balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do Balanço são refletidos nas Demonstrações Financeiras. Os eventos após a data do Balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do Balanço, se materiais, são divulgados no Anexo.

3.2.17. Principais fontes de incerteza

As estimativas de valores futuros que se justificam reconhecerem nas demonstrações financeiras refletem a evolução previsível da Entidade no quadro do seu plano estratégico e as informações disponíveis face a acontecimentos passados e situações equivalente de outras empresas do setor, não sendo previsível qualquer alteração significativa deste enquadramento a curto prazo que possa pôr em causa a validade dessas estimativas ou implicar um risco significativo de ajustamentos materialmente relevantes nas quantias escrituradas dos ativos e passivos no próximo período.

4. Ativos fixos tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada entre 30 de setembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Descrição	Saldo em 31-dez-2022	Aquisições / Aumentos	Saldo em 30-set-2023
Custo			
Terrenos e recursos naturais	154 735,00	-	154 735,00
Edifícios e outras construções	856 830,03	-	856 830,03
Equipamento básico	19 627,15	-	19 627,15
Equipamento administrativo	138 384,80	-	138 384,80
Outros ativos fixos tangíveis	83 301,52	-	83 301,52
Investimentos Obras em Curso	50 279,87	517 799,99	568 079,86
Total	1 303 158,37	517 799,99	1 820 958,36
Depreciações acumuladas			
Edifícios e outras construções	450 579,47	-	450 576,47
Equipamento básico	19 627,15	-	19 627,15
Equipamento administrativo	134 070,43	-	134 070,43
Outros ativos fixos tangíveis	83 481,53	-	83 481,53
Total	687 755,58	-	687 755,83
Quantia escriturada	687 755,58 €	-	1 133 202,83

A rubrica aquisições/aumentos em Investimentos em curso no valor de 517.799,99€ diz respeito a Obras e melhorias no edifício da Bainharia – Residência Academia 24 no ano de 2023 até setembro de 2023 no valor de 312.769,15€ e de Equipamentos e Mobiliário no valor de 205.030,84€.

Desde 2014 que se encontra inscrito matricialmente, nas finanças, o Edifício sede da FAP. Apesar de desde essa data constar nas finanças, o mesmo não se encontrava devidamente revelado na contabilidade pelo, em 2016, e de forma a que as Demonstrações Financeiras revelem a imagem verdadeira e apropriada (pressuposto subjacente previsto no parágrafo 46 da Estrutura Concetual), foi registado na contabilidade. Este edifício foi reconhecido pelo seu justo valor que foi determinado através de avaliação patrimonial reportada à data de balanço, efetuada pela Autoridade Tributária e Aduaneira, pelo valor patrimonial tributário (VPT), uma vez que é convicção da Direção da FAP de que o VPT corresponderá a um valor aproximado do valor de mercado.

5. Ativos Intangíveis

Outros Ativos Intangíveis

A quantia escriturada bruta, as amortizações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada entre 30 de setembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022, não mostra adições, abates e alienações:

Descrição	Saldo em 01-jan-2023	Aquisições / Aumentos	Saldo em 30-set-2023
Custo			
Programas de computador	31 433,96		31 433,96
Outros ativos intangíveis	6 556,00	-	6 556,00
Total	37 989,96	-	37 989,96
Amortizações acumuladas			
Programas de computador	31 433,96		31 433,96
Outros ativos intangíveis	6 556,00	-	6 556,00
Total	37 989,96	-	37 989,96
Quantia escriturada			-

6. Investimentos financeiros

Os “Investimentos Financeiros”, em 30 de setembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022, apresentavam os seguintes valores:

Descrição	Saldo em 01-jan-2023	Aumentos	Diminuições	Justo Valor	Saldo em 30-set-2023
Fundo de Compensação	2 387,18				2 387,18
Total	2 387,18	-	-	-	2 387,18

Descrição	Saldo em 01-jan-2022	Aumentos	Diminuições	Justo Valor	Saldo em 31-dez-2022
Fundo de Compensação	2 387,18				2 387,18
Total	2 387,18	-	-	-	2 387,18

O fundo de compensação foi extinto em abril de 2023 a Entidade tem o direito de regresso do valor das entregas.

Nos termos da Lei n.º 70/2013, de 30 de agosto, e da Portaria n.º 294-A/2013, de 30 de setembro, a Entidade é obrigada a efetuar, para os fundos de compensação, entregas de 1%, para os fundos de compensação, sobre as remunerações base e diuturnidades dos trabalhadores contratados após 1 de outubro de 2013. No final do ano o valor é atualizado consoante o seu justo valor (positivo) e aquando da saída dos funcionários a Entidade tem o direito de regresso do valor das entregas por conta desse funcionário.

7. Inventários e Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas

Em 30 de setembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022 a rubrica “Inventários” apresentava os seguintes valores:

Descrição	Inventário em 01-jan-2023	Compras	Reclassificações e regularizações	Inventário em 30-set-2023	CMVMC 30-set-2023
Mercadorias	35 781,51	415 172,67		77 781,51	528 735,69
Total	35 781,51	415 172,67	-	77 781,51	528 735,69

Descrição	Inventário em 01-jan-2022	Compras	Reclassificações e regularizações	Inventário em 31-dez-2022	CMVMC 2022
Mercadorias	46 807,37	455 412,94	(20 053,02)	35 781,51	517 948,80
Total	46 807,37	455 412,94	(20 053,02)	35 781,51	517 948,80

Em 30 de setembro de 2022, o inventário final é relativo a sobras de “Copos reutilizáveis” adquiridos para a Edição da Queima das Fitas 2022 (24.581,51 euros) e de “Copos reutilizáveis” das Edições da Queima das Fitas 2018 e 2019 (11.200,00 euros).

8. Créditos a receber

Em 30 de setembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022 a rubrica “Créditos a receber” encontra-se desagregada da seguinte forma:

Descrição	30-09-2023	31-12-2022
Cientes c/c	406 755,73	102 898,54
Cientes cobrança duvidosa	81 391,32	81 391,32
Perdas por imparidades acumuladas	(81 391,32)	(81 391,32)
Total	406 755,73	102 898,54

A 30 de setembro de 2023 o saldo de clientes ou créditos a receber ainda se encontra em processo de reconciliação ou regularizações até 30 de dezembro de 2023.

9. Estado e outros Entes Públicos

A rubrica de “Estado e outros Entes Públicos” está dividida da seguinte forma:

Descrição	30-09-2023	31-12-2022
Ativo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Coletivas	-	-
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singulares	-	-
Imposto sobre o Valor Acrescentado	205 852,30	67 549,90
Segurança Social	-	-
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singulares	-	-
Total	205 852,30	67 549,90
Passivo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Coletivas	-	-
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singulares	1 511,03	2 137,89
Imposto sobre o Valor Acrescentado	-	-
Segurança Social	2 217,70	3 482,51
Outros Impostos e Taxas	1 070,61	0,04
Total	4 799,38	5 620,44

O saldo das contas IRS (retenções na fonte) e Segurança Social foi pago dentro do prazo legal em outubro de 2023.

10. Outros ativos correntes

A rubrica “*Outros ativos correntes*” tinha em 30 de setembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022, a seguinte decomposição:

Descrição	30-09-2023	31-12-2022
Entidades devedores por subsídios	12 594,39	7 631,65
Total	12 594,39	7 631,65

Fundadores/associados/membros

Descrição	30-09-2023		31-12-2022	
	Corrente	Total	Corrente	Total
Ativo				
Fundadores, associados e membros	10 074,21	10 074,21	10 613,21	10 613,21
Total	10 074,21	10 074,21	10 613,21	10 613,21

11. Caixa e depósitos bancários

A rubrica de “*Caixa e Depósitos Bancários*”, a 30 de setembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022, encontrava-se com os seguintes saldos:

Descrição	30-09-2023	31-12-2022
Caixa	1 539,05	1 629,76
Depósitos à ordem	761 023,04	658 576,75
Total	762 562,09	660 206,51

12. Ajustamentos/outras variações nos fundos patrimoniais

O valor desta rubrica é relativo ao subsídio ao investimento atribuído pela Câmara Municipal do Porto para o Pólo Zero. Nos termos da NCRF-ESNL os subsídios ao investimento devem ser reconhecidos como “outras variações nos fundos patrimoniais” e considerados como rendimentos à medida das depreciações (gastos) do período.

13. Fornecedores

O saldo da rubrica de “*Fornecedores*” é discriminado da seguinte forma:

Descrição	30-09-2023	31-12-2022
Fornecedores c/c	147 640,26	77 795,89
Total	147 640,26	77 795,89

A 30 de setembro de 2023 o saldo da conta Fornecedores ainda se encontra em processo de reconciliação ou regularizações até 31 de dezembro de 2023.

14. Outros passivos correntes

Em 30 de setembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022 a rubrica “Outros passivos financeiros” discriminava-se da seguinte forma:

Descrição	30-09-2023	31-12-2022
Outras dívidas a pagar		
Credores por acréscimos de gastos	16 388,99	14 638,99
Outros credores	40 457,01	23 277,28
Total	56 846,00	37 916,27

15. Vendas e serviços prestados

Em 30 de setembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022 foram reconhecidos os seguintes valores relativos a “Vendas” e “Serviços Prestados”:

Descrição	30-09-2023	31-12-2022
Vendas	815 781,31	792 977,71
Serviços prestados	2 919 385,30	2 642 587,67
Total	3 735 166,61	3 435 565,38

16. Subsídios, doações e legados à exploração

A 30 de setembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022, a Entidade tinha os seguintes saldos nas rubricas de “Subsídios, doações e legados à exploração”:

Descrição	30-09-2023	31-12-2022
Subsídios do Estado e outros entes públicos		28 696,00
Subsídios de outras entidades	16 000,00	15 000,00
Total	16 000,00	43 696,00

Estão reconhecidos nesta rubrica o subsídio anual da FADU no valor de 15.000€ e um apoio da Lipor para o “concurso reciclagem” no valor de 1.000€.

17. Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos “Fornecimentos e serviços externos”, 30 de setembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022, foi a seguinte:

Descrição	30-09-2023	31-12-2022
Serviços especializados	123 119,78	151 487,29
Materiais	3 970,90	9 306,23
Energia e fluidos	6 542,70	3 856,34
Deslocações, estadas e transportes	18 243,04	21 046,18
Serviços diversos	25 584,64	24 557,35
Total	177 461,06	210 253,39

18. Gastos com o pessoal

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	30-09-2023	31-12-2022
Remunerações ao pessoal	82 581,03	96 151,34
Encargos sobre as remunerações	16 131,44	19 591,92
Seguros de acidentes no trabalho e doenças profissionais	953,13	1 082,10
Gastos de ação social	-	6,30
Outros gastos com o pessoal	22,58	174,00
Total	99 688,18	117 005,66

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade a 30 de setembro 2023 foi de “8”.

19. Outros rendimentos

A rubrica de “*Outros rendimentos*” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	30-09-2023	31-12-2022
Rendimentos suplementares	251 770,95	217 979,91
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	-	-
Outros rendimentos	-	-
Imputação de subsídios para investimentos	10 714,29	-
Correções relativas a períodos anteriores	11 150,00	-
Outros	53 142,32	15 285,72
Total	326 777,56	233 265,63

20. Outros gastos

A rubrica de “*Outros gastos*” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	30-09-2023	31-12-2022
Impostos	1 408,26	2 091,50
Outros gastos	-	-
Associativismo	2 280 327,52	2 293 858,27
Outros	44,24	719,51
Quotizações	629,00	313,00
Correções relativas a períodos anteriores	150,00	3 013,50
Total	2 282 559,02	2 299 995,78

(*) Discriminadas as rubricas de maior valor por ordem decrescente

21. Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas à Autoridade Tributária e Aduaneira em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei n.º 534/80, de 7 de novembro.

Nos termos do artigo 210.º do Código Contributivo, publicado pela Lei n.º 110/2009, de 16 de setembro, a Direção informa que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

Porto, 20 de novembro de 2023

A Direção da FAP



Execução Orçamental a 30 setembro 2023

Orçamento 2023		Despesas		Receitas	
Conta	Designação	Orçamento Despesas 2023	Execução setembro 2023	Orçamento Receitas 2023	Execução setembro 2023
2301	Representação Estudantil e Institucional	104 949,68 €	71 645,56 €	0,00 €	3 626,00 €
2302	Academia Viva	191 412,45 €	117 904,93 €	40 685,00 €	24 352,00 €
2303	Somos Academia: Queima das Fitas do Porto	2 186 501,72 €	2 583 066,26 €	2 962 695,70 €	4 013 341,08 €
2304	Somos Academia	157 723,59 €	489,77 €	71 400,00 €	0,00 €
2305	Academia Sustentável e Inclusiva	41 332,20 €	22 845,02 €	0,00 €	0,00 €
2306	Decidir o Futuro, Hoje	71 646,42 €	1 085,72 €	57 250,00 €	0,00 €
2307	Academia para o Futuro	50 406,12 €	33 667,56 €	51 830,00 €	220,00 €
2308	Recursos Comuns	408 488,52 €	257 074,06 €	95 600,00 €	14 875,80 €
Subtotais		3 212 460,70 €	3 087 778,88 €	3 279 460,70 €	4 056 414,88 €
Valores Transitados		Responsabilidades	Responsabilidades	Créditos/Direitos	Créditos/Direitos
Valores Transitados Contabilísticos		87 000,00 €	665,07 €	20 000,00 €	21 529,29 €
Totais		3 299 460,70 €	3 088 443,95 €	3 299 460,70 €	4 077 944,17 €
2309	Investimento na Residência Bainharia "Academia 24" (até setembro 2023)	517 799,99 €			
2309	Investimento na Residência Bainharia "Academia 24" (até outubro 2023)	524 678,46 €			

1. FAP Representação Estudantil e Institucional

Conta 2301 - Representação Estudantil e Institucional					
Sub-Conta	Designação	Despesas		Receitas	
		Orçamento Despesas 2023	Execução setembro 2023	Orçamento Receitas 2023	Execução setembro 2023
230101	Representação Estudantil e Institucional - Geral	15 575,00 €	8 611,98 €	0,00 €	0,00 €
230102	Representação Estudantil e Institucional - Plano de Estratégia e Ação Política	35 190,00 €	12 142,37 €	0,00 €	0,00 €
230103	Representação Estudantil e Institucional - Centro de Estudos	11 070,00 €	7 445,00 €	0,00 €	0,00 €
230104	Representação Estudantil e Institucional - Integração aos/as Novos/as Estudantes	6 807,54 €	4 213,98 €	0,00 €	0,00 €
230105	Representação Estudantil e Institucional - Aniversário FAP	26 857,14 €	28 575,03 €	0,00 €	0,00 €
230106	Representação Estudantil e Institucional - ENDA	9 450,00 €	10 657,20 €	0,00 €	3 626,00 €
		104 949,68 €	71 645,56 €	0,00 €	3 626,00 €

2. FAP Academia Viva

Conta 2302 - Academia Viva					
Sub-Conta	Designação	Despesas		Receitas	
		Orçamento Despesas 2023	Execução setembro 2023	Orçamento Receitas 2023	Execução setembro 2023
230201	Academia Viva - Geral	34 903,20 €	2 372,86 €	0,00 €	0,00 €
230202	Academia Viva - Campeonatos Académicos do Porto	86 267,93 €	62 939,71 €	25 335,00 €	24 352,00 €
230203	Academia Viva - Campeonatos Nacionais Universitários	21 498,30 €	24 627,71 €	0,00 €	0,00 €
230204	Academia Viva - Gala do Desporto	9 986,92 €	9 462,25 €	0,00 €	0,00 €
230205	Academia Viva - FAP FORM: Escola de Líderes para Dirigentes	19 341,60 €	6 679,30 €	5 000,00 €	0,00 €
230206	Academia Viva - eSports	16 240,00 €	11 823,10 €	8 000,00 €	0,00 €
230207	Academia Viva - Programa Mais Academia	824,50 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
230208	Academia Viva - Programa Apoio à Formação	2 350,00 €	0,00 €	2 350,00 €	0,00 €
		191 412,45 €	117 904,93 €	40 685,00 €	24 352,00 €

3. FAP Somos Academia: Queima das Fitas do Porto

Conta 2303 - Somos Academia: Queima das Fitas do Porto					
Sub-Conta	Designação	Despesas		Receitas	
		Orçamento Despesas 2023	Execução setembro 2023	Orçamento Receitas 2023	Execução setembro 2023
230301	Somos Academia: Queima das Fitas do Porto - Geral	31 200,00 €	22 881,14 €	0,00 €	6 500,00 €
230302	Somos Academia: Queima das Fitas do Porto - Monumental Serenata	13 680,00 €	11 047,95 €	0,00 €	0,00 €
230303	Somos Academia: Queima das Fitas do Porto - Missa Bênção das Pastas	6 555,00 €	7 892,75 €	0,00 €	0,00 €
230304	Somos Academia: Queima das Fitas do Porto - Encontro de Coros da Academia do Porto	3 720,00 €	4 241,85 €	0,00 €	0,00 €
230305	Somos Academia: Queima das Fitas do Porto - Dia da Beneficência	4 000,00 €	620,94 €	3 800,00 €	6 028,56 €
230306	Somos Academia: Queima das Fitas do Porto - Concerto Promenade	11 500,00 €	18 247,17 €	4 300,00 €	5 595,28 €
230307	Somos Academia: Queima das Fitas do Porto - Cortejo Académico do Porto	79 100,00 €	83 614,94 €	0,00 €	0,00 €
230308	Somos Academia: Queima das Fitas do Porto - Festival Ibérico de Tunas Académicas	6 300,39 €	5 945,40 €	2 850,00 €	4 245,28 €
230309	Somos Academia: Queima das Fitas do Porto - Sarau Cultural	7 047,30 €	3 904,33 €	0,00 €	0,00 €
230310	Somos Academia: Queima das Fitas do Porto - Baile de Gala	9 300,00 €	6 971,14 €	4 179,00 €	936,59 €
230311	Somos Academia: Queima das Fitas do Porto - Rally - Paper	1 548,00 €	1 123,18 €	0,00 €	151,89 €
230312	Somos Academia: Queima das Fitas do Porto - Chá Dançante	4 103,00 €	2 192,97 €	1 291,00 €	1 121,95 €
230313	Somos Academia: Queima das Fitas do Porto - Noites da Queima: Geral	741 811,93 €	734 722,70 €	198 410,00 €	227 366,31 €
230314	Somos Academia: Queima das Fitas do Porto - Noites da Queima: Gestão do Espaço	179 500,00 €	345 482,11 €	175 145,70 €	237 275,59 €
230315	Somos Academia: Queima das Fitas do Porto - Noites da Queima: Palcos	528 000,00 €	693 335,35 €	0,00 €	0,00 €
230316	Somos Academia: Queima das Fitas do Porto - Noites da Queima: Apoio Clínico	34 000,00 €	23 065,05 €	0,00 €	0,00 €
230317	Somos Academia: Queima das Fitas do Porto - Noites da Queima: Bilheteira	106 270,00 €	61 432,02 €	2 009 720,00 €	2 699 816,95 €
230318	Somos Academia: Queima das Fitas do Porto - Noites da Queima: CMVMC	418 866,10 €	556 345,27 €	563 000,00 €	824 302,68 €
		2 186 501,72 €	2 583 066,26 €	2 962 695,70 €	4 013 341,08 €

4. FAP Somos Academia

Conta 2304 - Somos Academia					
Sub-Conta	Designação	Despesas		Receitas	
		Orçamento Despesas 2023	Execução setembro 2023	Orçamento Receitas 2023	Execução setembro 2023
230401	Somos Academia - Geral	11 600,00 €	489,77 €	0,00 €	0,00 €
230402	Somos Academia: Receção ao Caloiro - Serenata ao Caloiro	14 630,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
230403	Somos Academia: Receção ao Caloiro - Dia de Beneficência	4 023,40 €	0,00 €	3 900,00 €	0,00 €
230404	Somos Academia: Receção ao Caloiro - Noite Negra	4 500,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
230405	Somos Academia: Receção ao Caloiro - Comboio do Caloiro	78 800,00 €	0,00 €	59 000,00 €	0,00 €
230406	Somos Academia: Receção ao Caloiro - Cortejo da Latada	16 470,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
230407	Somos Academia: Receção ao Caloiro - Festival de Tunas Femininas	5 700,19 €	0,00 €	3 500,00 €	0,00 €
230408	Somos Academia - Ligação à Cidade	22 000,00 €	0,00 €	5 000,00 €	0,00 €
		157 723,59 €	489,77 €	71 400,00 €	0,00 €

www.fap.pt
email: geral@fap.pt

telf.: 226 076 370
fax: 226 076 379

5. FAP Academia Sustentável e Inclusiva

Conta 2305 - Academia Sustentável e Inclusiva					
Sub-Conta	Designação	Despesas		Receitas	
		Orçamento Despesas 2023	Execução setembro 2023	Orçamento Receitas 2023	Execução setembro 2023
230501	Academia Sustentável e Inclusiva - Geral	2 854,80 €	1 537,02 €	0,00 €	0,00 €
230502	Academia Sustentável e Inclusiva - FAP no Bairro	32 830,91 €	17 792,79 €	0,00 €	0,00 €
230503	Academia Sustentável e Inclusiva - Semana da Saúde	4 991,49 €	3 392,21 €	0,00 €	0,00 €
230504	Academia Sustentável e Inclusiva - Mega Dádiva de Sangue e Medula Óssea	130,00 €	123,00 €	0,00 €	0,00 €
230505	Academia Sustentável e Inclusiva - Responsabilidade Ambiental	525,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
		41 332,20 €	22 845,02 €	0,00 €	0,00 €

rua campo alegre, nº 627
4150-179 Porto



6. FAP Decidir o Futuro, Hoje

Conta 2306 - Decidir o Futuro, Hoje					
Sub-Conta	Designação	Despesas		Receitas	
		Orçamento Despesas 2023	Execução setembro 2023	Orçamento Receitas 2023	Execução setembro 2023
230601	Decidir o Futuro, Hoje - Geral	859,56 €	793,59 €	0,00 €	0,00 €
230602	Decidir o Futuro, Hoje - Tomorrow Summit	70 786,86 €	292,13 €	57 250,00 €	0,00 €
		71 646,42 €	1 085,72 €	57 250,00 €	0,00 €

7. FAP Academia para o Futuro

Conta 2307 - Academia para o Futuro					
Sub-Conta	Designação	Despesas		Receitas	
		Orçamento Despesas 2023	Execução setembro 2023	Orçamento Receitas 2023	Execução setembro 2023
230701	Academia para o Futuro - Geral	2 239,32 €	2 035,02 €	0,00 €	0,00 €
230702	Academia para o Futuro - Escola de Líderes para Estudantes	4 380,00 €	0,00 €	4 280,00 €	0,00 €
230703	Academia para o Futuro - Pólo Zero	43 786,80 €	31 632,54 €	47 550,00 €	220,00 €
		50 406,12 €	33 667,56 €	51 830,00 €	220,00 €

8. FAP Recursos Comuns

Conta 2308 - Recursos Comuns					
Sub-Conta	Designação	Despesas		Receitas	
		Orçamento Despesas 2023	Execução setembro 2023	Orçamento Receitas 2023	Execução setembro 2023
230801	Recursos Comuns - Geral	55 357,18	47 702,80 €	0,00 €	0,00 €
230802	Recursos Comuns - Serviços Externos e Trabalhos Especializados	48 478,65	26 811,99 €	0,00 €	0,00 €
230803	Recursos Comuns - Recursos Humanos	103 888,24	77 414,06 €	0,00 €	0,00 €
230804	Recursos Comuns - Serviços de Manutenção e Património	24 540,50	19 079,13 €	10 800,00 €	8 100,00 €
230805	Recursos Comuns - Comunicação	86 818,83	64 154,93 €	0,00 €	0,00 €
230806	Recursos Comuns - Residência Bainharia - Academia 24	89 405,12	21 911,15 €	84 800,00 €	6 775,80 €
		408 488,52 €	257 074,06 €	95 600,00 €	14 875,80 €